

Data: 05 de maio de 2021.

1 Aos cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, em decorrência da pandemia ocasionada
2 pelo novo Coronavírus-COVID 19, e a impossibilidade temporária de realização de reuniões
3 presenciais, foi realizada reunião extraordinária deste Conselho Municipal de Assistência Social, por
4 meio de videoconferência, com a utilização da plataforma google.meet. Participaram da
5 videoconferência os/as seguintes conselheiros/as: Gisele de Cassia Tavares, Adriana Aparecida dos
6 Santos, Adriana da Cruz Barrozo, Débora Campos Pereira, Edsonia Jadma Marcelino de Souza,
7 Josiani Severino dos Santos Nogueira, Luciana Ferreira Alvarez, Ligia Fukahori, Lucimar Rodrigues
8 da Silva, Izabel Oliveira Flores, Cláudio Roberto Rufino, Rosemeiri Félix de Barros, Claudio Marcio
9 de Melo, Aparecida de Fátima G. Lemos, Thais Ayres da Silva, Akexandra Ciottto Rodrigues Silva,
10 Camila Marcolino, Soraya de Paula Garcia de Campos, Daniel Soares da Silva, Carlos da Silva,
11 Rosana de Almeida. A reunião teve início em segunda convocação, às 13h45, com a apresentação,
12 pela presidente do Conselho, Soraya de Paula Garcia de Campos, da seguinte pauta para deliberação
13 da plenária: **1-Apresentação e aprovação da pauta; 2-Oficina sobre o Plano Plurianual- PPA- 2022-**
14 **2025.** Antes de dar início a pauta específica, o Conselheiro Carlos questionou com relação ao
15 processo eleitoral para a nova gestão do CMAS, se os conselheiros que forem concorrer novamente
16 para as vagas tem que se candidatar novamente e cumprir os protocolos, como por exemplo de
17 inscrição. Soraya informou que qualquer usuário que é atendido pela política de assistência social
18 pode concorrer a vaga de conselheiro, com exceção de quem já está no segundo mandato. A
19 secretaria do Conselho, Selma informou que o Conselheiro Carlos poderá se candidatar novamente,
20 devendo proceder a inscrição como candidato, apresentando a documentação específica, e colocou-se
21 à disposição para orientá-lo. Carlos relatou que está participando de outro Conselho, está em
22 processo de avaliação, e sinalizou a importância de dar oportunidades para outros usuários. Na
23 sequência a presidente Soraya, retomou a pauta, informou que a reunião tem como objetivo
24 específico, oficina para discutir e levantar propostas para o PPA – Plano Plurianual, com
25 apresentação construída pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Secretaria de Assistência
26 Social e que será apresentado por várias pessoas. Soraya pontuou que serão utilizadas informações
27 das deliberações que foram da última Conferência de 2019, bem como análise do atual cenário na
28 política de assistência social. Na sequência Gisele Tavares, apresentou um material explicativo que
29 abordou no que consiste especificamente o PPA. Relatou que o PPA consiste num documento
30 orçamentário de planejamento das ações governamentais para o período de 4 anos, ou seja, do
31 segundo ano de um mandato até o primeiro ano do mandato seguinte. Informou que estamos
32 executando o último ano do PPA 2018-2021 e, concomitantemente, elaborando o PPA 2022-2025,
33 sendo um instrumento importantíssimo para que as políticas públicas não sofram interrupções e deve
34 se comunicar com outros instrumentos de planejamento do Município, como o Plano Diretor e, no
35 caso da assistência social, com o Plano Municipal de Assistência Social, que também deve ser
36 atualizado neste ano. O PPA, então, é um instrumento de médio prazo que orienta a elaboração dos
37 demais documentos orçamentários anuais: a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei
38 Orçamentária Anual – LOA. A apresentação foi interrompida pela Secretaria Municipal de
39 Assistência Social, Jaqueline que solicitou rapidamente o espaço para fazer um informe relacionado

40 a possível vacinação dos Trabalhadores. Iniciou informando a todos que o Prefeito Marcelo Belinati
41 estava em Brasília, e acabou de informar através de um vídeo que irá abrir inscrição para
42 profissionais da educação e assistência social, se cadastrarem para vacinação contra o vírus Covid.
43 Ressaltou que foi uma grande conquista para todos os trabalhadores do SUAS. Gisele retomou a
44 apresentação, informou que o PPA, dispõe de um ciclo orçamentário, que vai desde a elaboração,
45 aprovação do legislativo, programação e execução, avaliação e controle. Estabelece as diretrizes, os
46 objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e outras delas decorrentes e para
47 as relativas a programas de caráter continuado e nenhum investimento cuja execução ultrapasse um
48 exercício financeiro poderá ser iniciado sem a prévia inclusão no PPA, sendo o prazo para seu envio
49 ao Legislativo é em 30 de agosto e para que esse envio possa ser feito nessa data, o desencadeamento
50 das atividades se dá muito antes, com o cumprimento de algumas etapas. Primeira etapa: definição
51 dos responsáveis pela elaboração do PPA nos órgãos, capacitação e orientações gerais sobre o PPA,
52 elaboração do nome do programa (título), contextualização e objetivos (geral e específicos do
53 programa) e realização de audiências públicas. Segunda etapa, elaboração das ações e iniciativas e
54 realização de audiências públicas. Terceira etapa: compatibilização das ações (metas físicas e
55 financeiras) e iniciativas com os recursos disponíveis no orçamento, finalização da elaboração da
56 proposta orçamentária. Informou que o conteúdo do PPA deve ter a denominação dos programas
57 orçamentários a serem desenvolvidos e que, nas leis orçamentárias anuais, terão a destinação de
58 recursos nos respectivos projetos e atividades orçamentárias, que o programa orçamentário,
59 constante do PPA é o instrumento de organização da ação governamental, a partir dos objetivos
60 delineados, para o enfrentamento de um problema/de uma necessidade, e que o programa tem
61 atributos que representam seu conteúdo, sendo eles: Título do programa: nome do programa no
62 documento; contextualização um breve diagnóstico e justificativa para a necessidade do programa,
63 onde descreve sucintamente a política e aponta as principais questões. Objetivo reduzido e objetivo
64 geral do programa, no qual os objetivos específicos vão orientar ações a serem vinculadas. As ações
65 ou seja a ligação entre os objetivos propostos e o que deve ser executado para atingi-los. Definem
66 onde os recursos serão alocados (podem ser projetos, que têm começo, meio e fim; ou atividades, que
67 são de natureza continuada). Iniciativas, as etapas que necessitam ser executadas para que a ação
68 possa ser realizada e a relação do que está contemplado dentro das ações. Os indicadores que visam
69 medir a efetividade do programa, sendo no máximo dois. Com relação especificamente ao programa
70 da política de assistência social, sendo o título do programa: LONDRINA MAIS SUAS, que tem
71 como objetivo reduzido, assegurar a proteção social pelo Sistema Único de Assistência Social
72 (SUAS) no Município de Londrina, como dever do Estado e direito de quem dela necessitar. Os
73 objetivos específicos, com relação as ofertas da assistência social (benefícios, serviços, programas e
74 projetos): manter, qualificar e ampliar as ofertas de proteção social do SUAS e atender às novas
75 demandas da dinâmica da realidade. Com relação a Gestão: Gerenciar a política de assistência social,
76 exercendo a coordenação do SUAS no município de Londrina. Com relação ao controle social:
77 fomentar o exercício do controle social e da participação na gestão e operacionalização do SUAS em
78 Londrina. Posteriormente apresentou a análise da política de assistência social em Londrina, qual a
79 proteção que a política de assistência social em Londrina precisa garantir (considerando as
80 seguranças de acolhida, sobrevivência e convivência). Qual deve ser seu alcance, já estamos
81 assegurando todas as ofertas necessárias em todos os territórios, para todos os públicos, onde

82 deveríamos estar e ainda não estamos, o que deveríamos garantir e ainda não alcançamos, o que já é
83 realizado é suficiente, o que já estamos desenvolvendo atende às demandas, supre as necessidades e
84 quais são as lacunas, o que já é realizado está adequado, qual é a qualidade, o que é preciso melhorar
85 e aprimorar. Destacou que a análise da política de assistência, as deliberações da Conferência de 2019
86 e a análise do cenário atual, dará subsídios para o debate. A presidente Soraya, apresentou as
87 deliberações da Conferência de 2019, sistematizadas em 4 Eixos: Benefícios: agilizar o processo de
88 liberação de benefícios de transferência de renda e benefícios eventuais, inclusive retornando o
89 repasse de benefícios a adolescentes em situação de desproteção social, além de aumentar a
90 quantidade e condições de acesso a esses benefícios, promovendo a redução do tempo de
91 agendamento e a alteração da regulamentação que trata da renda per capita para sua concessão,
92 garantindo o aumento real periódico dos valores e o atendimento das emergencialidades em tempo
93 hábil e as especificidades culturais e mobilidade social das famílias, assegurando o alcance de um
94 patamar de vida digno. Ampliar os valores e quantidades dos benefícios eventuais e de transferência
95 de renda municipal (PMTR), anualmente, ampliando sua capacidade de proteção social, garantindo
96 reajuste com base no índice utilizado para o salário mínimo. Serviços Programas e Projetos: ampliar,
97 diversificar e aprimorar a oferta de serviços, programas e projetos de inclusão produtiva (qualificação
98 profissional, ACESSUAS Trabalho e Economia Solidária), assegurando condições de acesso para que
99 possam ampliar sua atuação no Município de Londrina, com a utilização de estratégias como
100 ampliações de parceiros, concessão de Vale Transporte, etc., e garantindo que estas ofertas ocorram
101 de forma descentralizada nos territórios e atendam públicos específicos, como por exemplo a
102 população em situação de rua e os adolescentes em situação de desproteção social, com abordagens
103 que correspondam à realidade, social, cultural e territorial, aprimorando a articulação com as políticas
104 do trabalho, com órgãos e instituições que atuem no campo da qualificação profissional e da
105 intermediação de mão de obra, bem como garantindo fomento e recursos para os grupos de trabalho,
106 ampliando o apoio a cooperativas organizadas por iniciativa de usuários, de modo a favorecer a
107 coletivização das demandas e o acesso a crédito e microcrédito, assegurando o apoio aos processos
108 de produção e comercialização. Garantir estrutura física, adequada e adaptada, estrutura de
109 equipamentos, material e pessoal necessários e adequados, inclusive com reposições em caso de
110 aposentadorias, exonerações e falecimentos de servidores, para a ampliação da capacidade e
111 agilidade de atendimento frente às demandas apresentadas, com atenção ao crescimento dessas
112 demandas, inclusive afetas ao Cadastro Único; garantia de continuidade de atendimento aos egressos
113 e realização do atendimento descentralizado, inclusive por meio da implantação de novas unidades de
114 serviços da proteção social básica e especial (CRAS, CREAS, etc.) e garantia da manutenção das
115 existentes, bem como a flexibilização dos horários de atendimento, inclusive com o estabelecimento
116 de equipes volantes, contemplando horário noturno e sábados, em todas as regiões do Município
117 (urbana, rural e Terra Indígena), com o atendimento às especificidades, principalmente das áreas mais
118 isoladas, com vistas à universalização do acesso seja nas unidades governamentais ou não
119 governamentais, e o efetivo acompanhamento das famílias. Implantar e ampliar a oferta de Serviços
120 de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, de forma descentralizada nos territórios,
121 considerando as diversas faixas etárias, a inclusão da família monoparental como público prioritário,
122 a especificidade territorial, garantindo acesso, permanência no serviço, redução das listas de espera e
123 desenvolvimento de ações preventivas, e assegurando a manutenção e ampliação das parcerias, bem

124 como o número de profissionais compatíveis com a prestação dos serviços e remuneração digna.
125 Ampliar o orçamento destinado a serviços, programas e projetos (a exemplo de: CRAS/PAIF,
126 CREAS/PAEFI, SCFV para crianças adolescentes e idosos e aprendizagem profissional,
127 acolhimentos, dentre outros), voltados aos vários públicos da política de assistência social (crianças,
128 adolescentes e jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiência e suas famílias) de forma a ampliar a
129 cobertura destes em territórios em que já se fazem presentes; garantir que tal cobertura atinja
130 territórios que ainda estão descobertos e garantir, ainda, a ampliação de profissionais para o
131 atendimento de forma continuada e qualificada das demandas, inclusive de etnias e públicos
132 específicos, assegurando estrutura adequada e garantindo o acesso para os usuários com fornecimento
133 de Vale Transporte e/ou meios de transporte. Assegurar que as parcerias firmadas para a oferta de
134 serviços programas e projetos tenham reajuste sistemático, equiparação dos valores repassados para
135 ações do mesmo tipo e como base o custo, a complexidade e especificidade do atendimento e do
136 local, e atinjam todas as regiões do município. Gestão do trabalho: Garantir a formação e capacitação
137 continuada dos profissionais, bem como fomentar o estabelecimento de metodologias específicas,
138 contemplando todas as categorias profissionais, assegurando acesso e condições de participação, bem
139 como fomentar a inclusão de novos perfis profissionais no âmbito dos serviços socioassistenciais,
140 qualificando o atendimento a públicos específicos como pessoas com deficiência, idosas, mulheres,
141 população em situação de rua, usuários de SPA e povos indígenas, crianças e adolescentes e famílias
142 com situações de trabalho infantil e acolhimento, buscando parceiros como universidades, institutos,
143 dentre outros, evitando a rotatividade de pessoal, seja nos serviços públicos, seja nos serviços
144 prestados pela rede não governamental e promovendo, nas parcerias existentes no âmbito da política
145 de assistência social, a previsão de tempo de preparação das atividades entre as equipes dentro da
146 respectiva carga horária de trabalho para a realização de planejamento coletivo, estimulando o uso de
147 tecnologias inovadoras, com vistas a garantir a qualificação do atendimento bem como articulação
148 em rede com outros serviços e territórios. Garantir orçamento para a implementação de recursos
149 humanos na rede socioassistencial e na Secretaria Municipal de Assistência Social por meio da
150 realização de concursos públicos para novas contratações e para reposição de servidores aposentados
151 ou afastados, de forma a atender as necessidades de cada serviço, e da implementação de uma
152 política interna de recursos humanos que se preocupe com a qualificação e com o cuidado dos
153 trabalhadores de forma preventiva e proativa. Controle Social: Garantir que o Comitê Pop Rua,
154 composto por todas as políticas públicas afetas voltadas às pessoas em situação de rua e usuários dos
155 serviços, seja a referência de articulação e controle desses serviços, de forma a serem ofertadas no
156 Centro Pop e demais locais das políticas intersetoriais, considerando também os territórios. Ampliar a
157 participação dos usuários e trabalhadores do SUAS no processo de planejamento, acompanhamento e
158 avaliação dos serviços socioassistenciais, criando espaços tais como: assembleias, comissões, fóruns,
159 de trabalhadores e de usuários etc. Garantir que CMAS se efetive como um espaço democrático de
160 participação, a partir de mecanismos que facilitem o acesso, a socialização e a clareza das
161 informações, e a transparências dos dados para que sejam acessíveis a todos/as os/as conselheiros/as
162 e observadores no processo deliberativo, por meio de reuniões descentralizadas nos territórios e com
163 nova metodologia destas reuniões. Promover capacitações sistemáticas com os/as conselheiros/as de
164 forma a ampliar as suas condições objetivas de avaliação, monitoramento, fiscalização e tomada de
165 decisão sobre a Política de Assistência Social. Ampliar e qualificar os canais de comunicação e

166 relacionamento dos usuários com as estruturas da Política de Assistência Social, com a utilização de
167 estratégias como jornais, cartilhas, folhetos, whats App, entre outros, observando a acessibilidade. Na
168 sequência Gisele apresentou o panorama do cenário atual da política de assistência social no
169 município. Com relação aos Benefícios: Programa Municipal de Transferência de Renda-PMTR, para
170 famílias, sendo 2.900 benefícios no valor de R\$ 107,60 e para pessoa em situação de rua,50
171 benefícios no valor de R\$ 250,00.Benefício Eventual Emergencial, modalidade monetário -bancário e
172 cartão ou modalidade não-monetário – cesta básica e Kit COVID. Auxílio Natalidade no valor de R\$
173 100,00 ou R\$ 200,00 por criança. A presidente Soraya, sinalizou a importância de pensar em
174 propostas no que diz respeito aos benefícios e continuando menciona a situação de calamidade
175 pública e emergenciais. Gisele diz que é importante a colocação, fala que fez uma adesão uma vez,
176 que o ministério lançou e o município foi acionado para receber os recursos, fala que naquele
177 documento falava de ter um plano de contingência de calamidade e emergência, diz que podemos
178 pautar isso para o próprio conselho, de pensarmos em outras situações que podem causar
179 calamidade, e criar um roteiro, porque nessa pandemia fomos desafiados, e que agora temos
180 experiências, e podemos ver que tipo de vulnerabilidade em Londrina tem em relação a defesa civil.
181 Continua falando sobre pensar em um plano de contingência de calamidade pública e emergenciais e
182 que tipo de situação podemos ter para resolver com rapidez e que seja eficaz. O conselheiro Carlos,
183 questionou sobre kits que são entregues no Centro POP. A Diretora da Proteção Social, Josiani,
184 informou que no centro pop há 2 anos eram 10 kits diários, sendo hoje 20 kits diários. Carlos
185 comentou que soube de uma reportagem que abordou sobre adolescentes, sobre um kit absorvente,
186 que o que impactou na reportagem era de meninas que não estavam indo para as escolas devido a não
187 ter condições para obterem esse item. Gisele pontuou que a reflexão do Sr. Carlos é
188 importantíssima, relatou que na política de assistência houve avanços, com a implementação do
189 cartão alimentação, que dá autonomia para aquisição de produtos de higiene. Carlos comenta que,
190 sabemos que o valor e diferente um do outro se refere ao valor do cartão que cada família recebe, e a
191 importância de pensar estratégias para melhorar, destacou os aumento dos custos dos mantimentos.
192 Continuando Soraya passa a palavra para o Conselheiro Claudio Rufino, , explicou que na
193 Elaboração do Plano Plurianual – PPA serão inseridas ações orçamentárias e estas devem ser mais
194 próximas da execução, pois no final de cada exercício financeiro será realizado avaliação destas
195 ações junto ao Tribunal de Contas do Paraná. No que diz respeito ao Decreto de Calamidade Pública
196 entendo que é uma ação não orçamentária no âmbito do controle gerencial da secretaria. Na
197 sequência Gisele retomou a apresentação, referente os benefícios. Auxílio Funeral (em parceria com a
198 ACESF), conforme as especificidades. Subsídio Família Acolhedora , no valor 1 salário mínimo
199 nacional.Subsídio Guarda Subsidiada , no valor de ½ salário mínimo nacional.Com relação aos
200 serviços, programas e projetos, na Proteção Social Básica: Serviço PAIF, desenvolvido nos
201 CRAS,totalizando 10 unidades. Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (modalidades
202 I e II) , desenvolvido em parceria com 16 entidades, totalizando 29 unidades.Serviço de Proteção
203 Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, desenvolvido em parceria com
204 uma entidade e referenciado ao CRAS.Programa de Aprendizagem Profissional para Adolescentes :
205 desenvolvido em parceria com 3 entidades totalizando 4 unidades.Programa de Atendimento a
206 Migrantes e Refugiados , desenvolvido em parceria.Programa ACESSUAS Trabalho , interrompido
207 em razão da pandemia.Programa BPC na Escola, interrompido.Projeto de Educação

208 Socioprofissional e Inclusão Produtiva (modalidades I e II), desenvolvido em parceria com duas
209 entidades. Com relação a Proteção Social Especial de Média Complexidade: PAEFI, desenvolvido nos
210 CREAS, em número de três unidades. Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de
211 medidas socioeducativas de LA e PSC, referenciado ao CREAS. Serviço de Proteção Social Especial
212 para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, desenvolvido em parceria com uma entidade e
213 referenciado ao CREAS. Serviço Especializado em Abordagem Social, referenciado ao Centro POP e
214 Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, referenciado e desenvolvido no Centro
215 POP. Com relação a Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Serviço de Acolhimento
216 Institucional para crianças e adolescentes, desenvolvido em parceria com três entidades, totalizando
217 dez unidades. Serviço de Acolhimento Familiar para crianças e adolescentes, ofertado diretamente
218 pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas
219 adultas em situação de rua, desenvolvido em parceria com três entidades, contando com quatro
220 unidades. Serviço de Acolhimento em Residência Inclusiva, desenvolvido em parceria, sendo duas
221 unidades com previsão de quatro unidades. Serviço de Acolhimento em República (supervisão leve e
222 moderada), desenvolvido em parceria com duas entidades, contando com sete unidades. Atendimento
223 de pernoite, desenvolvido em parceria com uma entidade, contando com uma unidade. Central de
224 vagas de acolhimento de crianças e adolescentes, desenvolvido em parceria com uma entidade.
225 Central de vagas de acolhimento de adultos, desenvolvido em parceria com uma entidade.
226 Atendimento à calamidade e oficinas de arte-educação na média e na alta complexidades. Com
227 relação a Gestão da Política de Assistência Social: comando único, mediante coordenação pela
228 Secretaria Municipal de Assistência Social em nova sede; gestão das equipes de trabalho; vigilância
229 socioassistencial; regulação do SUAS, orientações técnicas, fluxos e protocolos; gestão do fundo
230 municipal de assistência social – FMAS, planejamento, gestão de parcerias, tecnologia da informação
231 e democratização da gestão. Com relação ao Controle Social: Conselho Municipal de Assistência
232 Social em funcionamento, Secretaria Executiva e estrutura, Conferência Municipal de Assistência
233 Social, Audiência Pública, representatividade no Conselho – governamental e não governamental
234 (prestadores, trabalhadores, usuários). Gisele finalizou a apresentação e abriu espaço para o debate
235 das prioridades e proposições, a partir todo conteúdo exposto e considerando os 4 Eixos propostos:
236 Benefícios, Serviços, programas e projetos, Gestão da política de assistência social e Controle social.
237 Considerando o eixo dos benefícios, foram feitas as seguintes proposições: que se institua benefício
238 que atenda situações de calamidade pública; que sejam fortalecidos os programas de transferência de
239 renda; que se amplie a oferta de alimentação para a população em situação de rua, inclusive as
240 refeições diárias disponíveis no Restaurante Popular; que sejam revistos os valores dos benefícios.
241 Com relação ao eixo dos serviços, programas e projetos, propôs-se oferecer maior proteção em casos
242 de calamidade pública; aprimorar a atuação junto à população em situação de rua; ampliar os serviços
243 de convivência e fortalecimento de vínculos; ampliar o cofinanciamento da rede socioassistencial;
244 promover o reordenamento dos serviços. Propôs-se ainda, a retomada do trabalho do Centro-dia para
245 população em situação de rua; a ampliação do atendimento à pessoa com deficiência; da arte-
246 educação; a qualificação do atendimento a públicos específicos; a conservação e ampliação dos
247 espaços para a inclusão produtiva. Com relação eixo da gestão foi sinalizada a necessidade de se
248 estabelecer um planejamento da atuação em casos de calamidade pública e emergência para formatar
249 um roteiro básico de atuação em diversas possibilidades que possam representar essa situação; a



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitscheck, 3896 – Jardim Larsen
CEP: 86.010-230 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

250 formação e capacitação continuada para os trabalhadores, com a possibilidade de “capacitação em
251 serviço”; a contratação de servidores e servidoras públicas para suprir déficits e aposentadorias; a
252 segurança dos próprios públicos; a adequação do prédio anexo à sede da Secretaria; a democratização
253 da gestão. Com relação ao Controle Social, Soraya, sinalizou a conquista relacionada a mudança
254 para nova sede do Conselho. O conselheiro Claudio Melo, diz que o conselho tem tentado
255 desenvolver ao máximo suas atividades, mas é necessário que todos entendam a real função do
256 conselho. Pontuou que o conselho pode ter um alcance maior, e sinalizou a importância de melhorar
257 a estrutura de trabalho e a necessidade de completar o quadro técnico do Conselho, garantindo a
258 reposição de um TGP. Sugeriu realizar pesquisa de como os conselhos tem trabalhado e com qual
259 estrutura, afim de pensar em previsão de recursos para estruturação. O conselheiro Carlos retomou a
260 questão dos benefícios, e questionou a possibilidade de entrega de entrega de cestas básicas nas
261 casas, evitando das pessoas carregarem peso. A conselheira Gisele, informou que já estamos
262 superando essa situação, mediante a implantação do cartão alimentação, sendo grande avanço no
263 sentido de trazer dignidade para as pessoas que não precisam carregar os alimentos e podem inclusive
264 escolher onde comprar e o que comprar na rede de supermercado local. Gisele parabeniza a Soraya
265 pela conduta e pela condução promovida pelo conselho e sugeriu replicar o modelo da oficina, nas
266 pré-conferências. A presidente encerrou a reunião às 17h, eu, Claudio Marcio de Melo, primeiro
267 secretário deste Conselho, redijo a presente ata desta reunião extraordinária, que será encaminhada
268 para apreciação e aprovação.